

# O Pronatec e os desafios da juventude e do desenvolvimento

Paulo Vinícius Silva\*

O Brasil está confrontado com imensos desafios: realizar a Copa de 2014; as Olimpíadas de 2016; a exploração do Pré-Sal; desenvolver e proteger a Amazônia como bioma e parte de nossa soberania. É o momento que nos impõe enfrentar o tema da formação profissional, técnica e tecnológica. A resposta encontrada nessa etapa do primeiro mandato da Presidenta Dilma foi o Pronatec.

Seu lançamento e aprovação no Congresso Nacional são um passo adiante na reversão da verdadeira tragédia da educação profissional, técnica e tecnológica dos anos FHC. Naqueles anos, a regra foi o sucateamento das escolas técnicas federais, o fim da vinculação entre o ensino técnico e propedêutico, a ampliação das cobranças dos cursos do Sistema S e a proliferação de cursos de duvidosa qualidade e curta duração. O contexto era de crise econômica permanente e de ataques ao emprego, aos direitos dos trabalhadores e à nossa soberania. Também desse período advém a realidade de hoje, em que temos cerca de 6 milhões de estudantes no ensino superior para apenas 1 milhão de estudantes em cursos técnicos.

Contra essa receita funesta, o governo Lula ampliou o número e a abrangência dos agora institutos federais de educação tecnológica, com 214 novas Escolas Técnicas. Retomou a contratação por concurso público e encarou a responsabilidade do poder e do investimento públicos para a expansão inédita. Agora, com o novo programa, serão construídas mais 200 novas escolas, além de outras

O lançamento e aprovação do Pronatec no Congresso Nacional são um passo adiante na reversão da verdadeira tragédia da educação profissional, técnica e tecnológica dos anos FHC

parcerias com os entes federativos para construir novas unidades.

O Pronatec robustece ainda mais a rede de educação técnica e tecnológica pública e federal, numa tendência sem par na nossa história. A articulação desse sistema federal é fundamental para ampliar esse nível de formação tão importante para o desenvolvimento nacional, em especial na indústria e em setores estratégicos.

O programa amplia e qualifica a formação profissional inicial e continuada para os mais pobres e pretende atingir 3,5 milhões de estudantes com políticas de assistência estudantil, também destinadas aos trabalhadores, em especial beneficiários do seguro desemprego. Participarão da Bolsa-Formação Trabalhador beneficiários de programas como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada. Praças e outros militares próximos de ser dispensados do serviço militar poderão receber. Trabalhadores empregados ou candidatos a emprego em empresas de hospitalidade e lazer poderão participar através do programa Bem Receber Copa, do Ministério do Turismo. Estudantes em fase de conclusão do ensino médio público, preferencialmente aqueles em vulnerabilidade social, serão incluídos

na modalidade Bolsa-Formação Trabalhador.

O Pronatec tem recebido críticas porque propõe uma parceria com o setor produtivo e a iniciativa privada para atingir a cifra de 8 milhões de atendidos, e ampliar o acordo de gratuidade da oferta dos cursos do sistema S, que crescerá em estudantes. Também porque oferta a possibilidade de parcerias com empresas privadas na qualificação de seus profissionais, e também com o ensino técnico privado.

O momento econômico aponta para a necessidade de fortalecer o nosso mercado interno das consequências da crise, e de um pacto mais amplo em torno de um projeto nacional de desenvolvimento, isolando os setores rentistas, e apostando na produção e no trabalho. Situa-se assim a contradição principal na luta contra o capital financeiro e parasitário, assim como seus aliados, a exemplo da imprensa golpista. A parceria com o setor produtivo na questão do ensino técnico se justifica, em especial pelo desafio concreto, de quatro anos, com responsabilidades assumida pelo país e em busca da capilaridade necessária. Deve-se levar em conta a possibilidade real de que haja impacto positivo na vida de milhões de brasileiros a se incorporar em melhor situação na classe trabalhadora. E também observar as mudanças que se operarão na maneira como o país trata a relação entre educação e trabalho, fortalecendo a base social da defesa da educação pública de qualidade.

Isso, no entanto, não eximirá o

É preciso assegurar a livre organização dos estudantes, assim como o investimento nos profissionais da educação que atuam na área. Todos que estudarem no Pronatec devem ter seus direitos estudantis, de se organizar, e assim contribuir como sujeito, na fiscalização e na cobrança da qualidade




percurso de choques e interesses diversos: dos estudantes, dos trabalhadores, dos empresários e do Estado. A importância do Estado para o Sistema S só cresce - e é possível garantir conquistas. O investimento estatal deve justificar a sociedade cobrar maior transparência e democracia no interior do sistema S, inclusive que as entidades estudantis e sindicais possam estar representadas e empoderadas em seu comitê gestor.

É preciso assegurar a livre organização dos estudantes, assim como o investimento nos profissionais da educação que atuam na área. Todos que estudarem no Pronatec devem ter seus direitos estudantis, de se organizar, e assim contribuir como sujei-

to, na fiscalização e na cobrança da qualidade. É preciso dar-lhes o acesso à meia entrada estudantil e à mobilidade urbana, seja através do meio passe, seja através do passe livre.

A ausência de uma profissão é aliada da informalidade e da precarização. Incorporar os trabalhadores desempregados e a juventude que não trabalha nem estuda à educação profissional é uma política pública indispensável para a juventude, porque faz a pergunta essencial: por que você não estuda? Por que parou de estudar? Por que não pode estudar e trabalhar? Tais perguntas valem ouro se queremos conferir aos mais de 52 milhões de jovens um lugar no desenvolvimento brasileiro.

O Pronatec enfrenta desafios de curto e médio prazos, mas seus resultados urgem para que se consolide a aposta num sistema de ensino público fortalecido e vinculado a uma estratégia de desenvolvimento nacional. Assegurar as metas do Pronatec, o novo PNE e o aumento do investimento na educação, assim como a aprovação do Estatuto da Juventude, podem abrir um novo cenário para quem mais precisa do desenvolvimento. 

**Paulo Vinícius Silva** foi presidente do grêmio da ETFCE e diretor da UNE. Sociólogo e bancário, é Secretário Nacional de Jovens Trabalhadores da CTB e membro do CONJUVE.

